



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

ATA DA VIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, MINAS GERAIS, NO DIA TRÊS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO (03-09-2018).

No dia três de setembro de dois mil e dezoito, às dezesseis horas e dezesseis minutos, no Plenário, reuniu-se a Edilidade, sob a presidência do vereador Fernando Sampaio de Castro que contou com a presença dos demais Vereadores. O Sr. Presidente, cumprindo Dispositivo Regimental, havendo número legal, em nome de Deus e do Povo Marianense declarou abertos os trabalhos. O presidente consultou os vereadores se queriam fazer a leitura da ata da **Vigésima Quinta Reunião Ordinária**, realizada no dia vinte e sete de agosto de dois mil e dezoito, ou fazer alguma ressalva, não havendo manifestação contrária, a **ata foi aprovada por unanimidade**. Leitura dos **Projetos de Lei: Projeto de Lei Substitutivo nº18/2018** (autoria do vereador Cristiano Silva Vilas Boas). A pedido do vereador Antônio Marcos e aprovado pelo plenário, o presidente submeterá o projeto em única discussão e votação. **Projeto de Lei Complementar nº65/2018** (autoria do Prefeito Municipal). O presidente Fernando tirou o projeto de pauta para sanar suas dúvidas. Leitura do **Requerimento nº59/2018** (autoria dos vereadores Juliano Vasconcelos Gonçalves e Cristiano Silva Vilas Boas). Leitura da **Emenda Modificativa e Aditiva nº 05/2018** (autoria dos vereadores, com exceção do vereador Fernando Sampaio de Castro) ao **Projeto de Lei Complementar nº 64/2018 (autoria do Prefeito Municipal)**. Leitura das **Moções de Pesar**: pelo passamento da Senhora Antônia Teixeira Sales (autoria do vereador Juliano Vasconcelos); pelo passamento da Senhora Geralda Eva de Castro (autoria do vereador Edson Agostinho). **A reunião ocorreu sem intervalo. Votações: Projeto de Lei Substitutivo nº18/2018** (autoria do vereador Cristiano Silva Vilas Boas). O presidente submeteu o projeto em **única discussão e votação**, sendo **aprovado por unanimidade**. **Emenda Modificativa e Aditiva nº05/2018** (autoria dos vereadores João Bosco, Antônio Marcos, Daniely Cristina Alves, Juliano Vasconcelos, Ronaldo Bento, Gerson Cunha, Marcelo Macedo, Geraldo Sales, José Jarbas, Cristiano Vilas Boas, Adimar José Cota, Deyvson Ribeiro, Edson Agostinho e Bruno Mól) ao Projeto de Lei Complementar nº64/2018 (autoria do Prefeito Municipal). O presidente submeteu a emenda em única discussão e votação, sendo **aprovada por unanimidade**. **Requerimento nº59/2018** (autoria dos vereadores Juliano Vasconcelos Gonçalves e Cristiano Silva Vilas Boas). O presidente submeteu o requerimento em única discussão e votação, sendo **aprovado por unanimidade**. **Projeto de Lei Complementar nº64/2018** (autoria do Prefeito Municipal). O presidente submeteu o projeto em **primeira discussão e votação**, sendo **aprovado por unanimidade**. **Tribuna Livre**. Pela ordem, o vereador Juliano agradeceu a presença do Rotary Club de Mariana (representantes: Sr. Ricardo Dutra - presidente do Rotary, Sr. Pascoal – secretário executivo; os membros Sr. André Vaz, Paulo César e a Senhora Vilma Miranda Barbosa). O vereador pediu para que os membros informassem os trabalhos desenvolvidos. Com a palavra, Sr. Paulo César explicou o funcionamento da associação e leu a cartilha “Dar de si antes de pensar em si”. Áreas de Enfoque (Paz e prevenção/resolução de conflitos; prevenção e tratamento de doenças; recursos hídricos e saneamento; saúde materno-infantil; educação básica e alfabetização; desenvolvimento econômico e comunitário). O vereador Juliano perguntou qual o procedimento para ser rotariano. Sr. Paulo César disse que a reunião funciona às quartas-feiras, às vinte horas, na Rua Dinamarca, nº97, bairro Marília do Dirceu. São reuniões abertas ao público. Para ingressar o que se pede é a presença da pessoa, que se dedica, que se doa sem cobrar nada. São pessoas voluntárias. Há uma taxa semestral que é cobrada para manutenção do Rotary. Vereadores parabenizaram o trabalho realizado pelo Rotary. Atendendo à solicitação do vereador José Jarbas, estiveram presentes os representantes do executivo municipal: a Auditora Fiscal de Tributos em



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

Mariana, Sra. Maíra; o Secretário da Fazenda, Sr. José Carlos Sampaio; a Procuradora Municipal, Dra. Inez Nezolda; o Procurador Adjunto do Município, Sr. Aurimar Marcelo da Silva; a Secretária de Administração, Sra. Arlinda Coelho. Acompanhados pelos representantes do Judiciário: Dra. Rosimere das Graças Couto, Juíza Auxiliar da Presidência e Titular da 3ª Vara da Fazenda Pública e Autarquia de Belo Horizonte; Dr. Hercules, Procurador-Geral Adjunto do Tribunal de Belo Horizonte; Dra. Cirlaine Maria Guimarães, Juíza de Direito da 1ª Vara da Comarca de Mariana e Diretora do Fórum; Dra. Marcela Oliveira Decat de Moura; Juíza de Direito da 2ª Vara da Comarca de Mariana; Assistente Auxiliar da juíza Rosimere e servidora do Tribunal de Justiça, Sra. Larissa Costa. Com a palavra, o vereador José Jarbas pediu esclarecimentos a respeito da parceria entre o poder judiciário e executivo para a implantação do projeto de execução fiscal eficiente no município de Mariana. O vereador José Jarbas afirmou que por meio dos vereadores e, também, em parceria com a prefeitura é oferecida a possibilidade do parcelamento da dívida em um momento de extrema dificuldade no país e do problema ocorrido com a Samarco que afetou diretamente a cidade. O vereador José Jarbas disse que o Projeto de Lei nº64/2018 tem o intuito de não só fortalecer as pessoas físicas, mas também as pessoas jurídicas. Pagar impostos é uma obrigação, são através deles que são trazidos benefícios aos municípios, para isso é preciso de instrumentos eficazes, tendo em vista que em Mariana o débito do IPTU está entorno de treze milhões de reais. É preciso regularizar isso, há pessoas que passam certo aperto para pagar, mas há pessoas que têm condições de pagar os impostos e não pagam. O vereador disse que a parceria é bem-vinda pela Casa. Com a palavra, a procuradora Inez agradeceu a abertura do espaço na Casa e a presença das juízas que se prontificaram a vir na Câmara e ajudar a apresentar o projeto de execução fiscal eficiente. A procuradora Inez disse que o projeto permite ao município a avaliar a melhor forma de execução fiscal, procurando a não prescrição dos pagamentos de impostos no município, porque caso em cinco anos o gestor não promove a execução fiscal, ele responde criminalmente pela irresponsabilidade fiscal, responde com patrimônio pessoal, está sujeito à exoneração do cargo e até mesmo a cassação. Numa análise do início deste ano, a procuradoria percebeu uma defasagem muito grande em relação à cobrança fiscal por diversos motivos. A cobrança de tributos é necessária, a comunidade precisa ter consciência de que essas cobranças são receitas para o município contribuindo nos custeios com saúde, educação, por exemplo. Ressaltou que com o rompimento da barragem, houve um reflexo negativo na questão financeira do município, a arrecadação despencou com a paralisação parcial da empresa Samarco. Daí a importância de forçar mais ainda a execução fiscal, o cumprimento da lei. A procuradora disse que conversou com as juízas Marcela e Cirlaine, elas se sensibilizaram com o problema do município, o qual também se sensibilizou com o problema do judiciário, porque a execução fiscal em grande quantidade é um transtorno para o Tribunal de Justiça, que sofre demandas de todas as formas. Diante disso, concluirão que seria uma grande parceria entre o Tribunal e a prefeitura, essa experiência tem dado bons frutos em Belo Horizonte, onde o projeto já é executado. Com a palavra, a juíza Rosimere disse que o projeto de execução fiscal é de âmbito nacional, o Tribunal de Justiça em 2015 observou que o gasto com processos por parte do Município, do Tribunal, do Estado e do devedor era muito maior do que a desjudicialização desse procedimento. Dentro desse trabalho, foi apresentado o projeto pelo Tribunal de Justiça, em prol da desjudicialização das execuções fiscais do estado, houve a implementação do projeto, ganhando premiação do Inovare. Com a implantação do projeto, constatou-se que houve melhorias na gestão do serviço público e melhorou a qualidade dos serviços públicos, pois a partir do momento em que o município arrecada com rapidez, ele tem como aproveitar a receita bem gerida no próprio território. A juíza ressaltou que, na justiça estadual, os processos de execução fiscal demoram uns quatro a cinco anos, gerando ônus ao devedor e mais um ônus ao município que ajuizar a ação. Assim, a desjudicialização facilita o município ter agilidade e eficiência em cobrar a dívida ativa, possibilita o devedor a pagar a menor, e diminui o estoque de processos executivos judiciais no Tribunal, dando a oportunidade de o juiz se dedicar a outros processos mais relevantes e eficientes para a população. A juíza disse que cada execução fiscal custa em média quatro mil reais aos cofres públicos e mil quinhentos em média para o devedor. Assim, o objetivo do Tribunal é ajudar o município a ser mais eficiente na cobrança fiscal, ter uma arrecadação maior, ajudando também o devedor a evitar gastos com o processo judicial. A



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

servidora Larissa disse que o projeto deseja garantir a agilidade, a qualidade e a eficiência na tramitação dos processos judiciais e administrativos relacionados a créditos de natureza fiscal ou administrativa; buscar excelência na gestão de custos operacionais; fomentar a atuação sustentável da instituição e fortalecer as relações e a integração com outros tribunais, poderes e instituições. A juíza Rosimere disse que o projeto traz benefícios tanto para o município quanto para o devedor. Com a palavra, o vereador Cristiano disse que muitas pessoas reclamam das cobranças e perguntou se quem já foi cobrado judicialmente pode ser beneficiado. A juíza Rosimere disse que haverá um mutirão, pretendo incluir Mariana, no fim do ano para fazer o parcelamento das dívidas ativas. A juíza reforçou que o projeto tem por objetivo a não judicialização. A juíza Marcela disse que a central de judicialização do fórum está aberta para qualquer tipo de demanda que a parte quiser com a outra. É só entrar em contato e pedir uma audiência de conciliação. O procurador Hercules apresentou o projeto de execução fiscal no município de Belo Horizonte. O vereador Bruno disse que os vereadores entendem a importância do projeto, é uma iniciativa que contribui com o município, não penaliza o cidadão, já que os recursos arrecadados se convertem em benefícios para a população. É uma forma de educação fiscal, o vereador reconheceu o trabalho desenvolvido pela prefeitura com apoio do Tribunal do Estado. O vereador Antônio Marcos disse que a experiência de Belo Horizonte traz tranquilidade aos vereadores em apoiar o projeto. A juíza Rosimere disse que o projeto pretende acolher as necessidades do município, do tribunal, do devedor. A desjudicialização não traz ônus para as partes envolvidas. O vereador Geraldo disse que a procuradora Inez tem exercido muito bem sua função em prol do município. O vereador disse que é um dia histórico, estabelecendo a harmonia entre os poderes. É um projeto que ajuda não só o município, mas também a população. A emenda aprovada hoje na Casa dará ao contribuinte a oportunidade de quitar suas dívidas junto ao município. O vereador desejou que a prefeitura faça uma campanha antes de tomar as medidas. O prefeito já é sensível a situação. O vereador informou que sessenta e três milhões estão com nome no SPC, esse projeto vai ajudar a evitar com que mais gente vá para o SPC. O vereador pediu que a harmonia entre os poderes se estenda para outras ações no município. O vereador José Jarbas disse que é importante que a prefeitura divulgue a renegociação. Como bem pontuado, a possibilidade do parcelamento. A auditora fiscal do município Máira afirmou que a arrecadação da dívida ativa deste ano superou a de quatro anos passados quando não se fez o Refis. A preocupação é que a população tem a cultura de esperar a lei da anistia para pagar os impostos. Máira pediu para que a população não espere por isso. Já é previsto em lei, o instituto da remissão, assim aquele que não tem condições de pagar, o cidadão pode entrar com o pedido de perdão na prefeitura, será avaliado pela Assistência Social e que a dívida pode ser perdoada até 100%. Com a palavra, o vereador Bruno solicitou à juíza Cirlaine de interceder junto ao Tribunal para ver a possibilidade da instalação da 3ª Vara no município, sabendo do grande volume de processos que tramitam na 1ª e 2ª Vara. A juíza Cirlaine disse que realmente há muitos processos, porém sabe-se que instalar uma 3ª Vara demanda verbas públicas. Levando em conta as dificuldades econômicas que o país enfrenta, é preciso ser criativo. Algo que já está sendo conversado com o presidente do tribunal e que será realizado ainda este ano é a instalação no município do PJE (Processo Judicial Eletrônico), isso vai ajudar muito, pois desonera o servidor, gera atividades mais produtivas. A juíza acrescentou que a equipe tem trabalhado muito para haver a reforma do fórum, pensando em uma 3ª Vara futura, pois um dos problemas é a questão do pequeno espaço atual. A juíza Marcela disse que foi de extrema importância a doação do prédio pelo município, pois caso contrário não conseguiria a reforma do fórum. Nada mais havendo, o presidente encerrou a reunião às dezoito horas e cinquenta minutos, e para constar, lavrou-se esta ata que, após lida e se aprovada, será assinada.